

A produção e transmissão dos programas não foram realizadas por problemas técnicos (...)". Ora como o mesmos agentes em um determinado momento verificam um problema técnico e posteriormente afirmam que **"apresentaram bom desempenho operacional"** atestando cumprimento fiel das obrigações, nada constando que desabone a licitante?



PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº 93 Fls. 485
PRESIDENTE DA C. P. L.

O atestado de capacidade técnica, presente na fl. 399, sob os fundamentos ora expostos, não tem condão de criar qualquer efeito jurídico no presente certame, não suprimindo o requisito de habilitação técnica prevista no item V.01.03, "a", do edital em comento.

Além do atestado de capacidade técnica debatido acima, a licitante apresentou um outro, presente na fls. 400, o documento refere-se somente comprovação da transmissão de conteúdo pela licitante, não albergando o âmbito da produção de conteúdo audiovisual. Sendo certo que a licitante é impedida de atuar no mercado de programação por força do artigo 12 da Lei 12.485/2011 em função de não ser credenciada como agente econômico na Ancine(conforme fls. 379-385 desse P.A), apto ao arranjo de conteúdos audiovisuais organizados em sequência linear temporal com horários predeterminados (Art. 1º - Lei 12.485/2011).

Destarte, repisa-se novamente, que a empresa G. A. C. DA SILVA PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS E PESQUISAS prestou serviços à empresa Óticas Vista Preciosa de forma ilegal, violando o artigo 12 da referida lei e o artigo 30, IV da lei 8.666/93, por não ser credenciada na Agência Nacional do Cinema para a atividade de programação(transmissão). Portanto tal violação do dever legal disposto, torna tal documento nulo, sendo tal instrumento insuficiente a fim de comprovar a capacidade técnica, requisito de habilitação previsto no item V.01.03, "a", culminado na inabilitação técnica da G. A. C. DA SILVA PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS E PESQUISAS.

e) DA NÃO APRESENTAÇÃO DA(O) JORNALISTA PREVISTA NO ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA VII, 4, "a"

O termo de referência presente no anexo I do presente edital deve ser cumprido fielmente pela licitante conforme item V.01.01, "h", ocorre que a licitante G. A. C. DA SILVA PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS E PESQUISAS não apresentou em seu quadro de profissionais um jornalista que exercesse as funções requeridas no termo de referência, VII, 4, "a" *in verbis* "Serão produzidos os programas previstos neste Projeto Técnico para o estúdio da contratada. Quando for conveniente, a produção será realizada em externas. Um jornalista será responsável pela produção, incluindo o levantamento de informações, agendamento de pautas, acompanhamento das

10

edições e demais funções que darão suporte ao jornalista apresentador, que executará esta função, inclusive quando da realização de entrevistas."

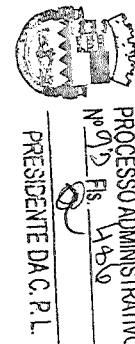
Ao verificar o quadro de funcionários da licitante na fls. 401 foi discriminado somente o jornalista apresentador, não sendo a consignado **Um jornalista responsável pela produção, incluindo o levantamento de informações, agendamento de pautas, acompanhamento das edições e demais funções**, termo de referência, VII, 4, "a", portanto a declaração da licitante na fls. 385 além de surtir efeitos somente a uma Tomada Preços 0001/2019 não supre o requisito do termo de referência devendo ser inabilitada juridicamente conforme item V.01.01, "h".

Inobstante o modelo de quadro de profissionais do presente edital prevê que "deverá listar **todos** os profissionais que executarão os serviços especificados no **Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA**" sendo patente que a ora licitante não apresentou um jornalista com as funções requeridas no termo de referência, VII, 4, "a", portanto também não suprimindo os requisitos do item V.01.03, sendo inabilitada tecnicamente.

Ademais, vale ressaltar que o anexo III do modelo de quadro de profissionais diz que deverá constar, no mínimo, "1 jornalista registrado" não afastando a obrigação de apresentação do jornalista descrito no termo de referência, VII, 4, "a", o que se dispõe é que entre todos os jornalistas apresentados, um deverá ser registrado.

Portanto, a manutenção de tal decisão pela CPL frustrará a isonomia do presente certame, pois os que se adequaram aos requisitos do termo de referência serão penalizados, tendo em vista a decorrência lógica do custo de pessoal que será superior na proposta quando comparados àqueles que não cumpriram os requisitos do edital no termo de referência, VII, 4, "a", por lançar mão do jornalista requisitado e a possibilidade de diminuição do preço da proposta, fundada em vantagem desarrazoada e desleal, ferindo de morte os princípios da isonomia, moralidade e eficiência. Além, claro, da violação do instrumento convocatório. Ou seja, se o quadro funcional da licitante está incompleto, a menor, lógico que o preço da proposta será a menor, já que não terá mais um custo de pessoal, com o jornalista requisitado no termo de referência, VII, 4, "a", mostrando evidente deslealdade com a licitante que cumpriu à risca o edital. Nesta senda, a jurisprudência do TRF-2 dispõe:

TRF-2 - Agravo de Instrumento AG
00011982120164020000 RJ 0001198- 21.2016.4.02.0000
(TRF-2) Jurisprudência • Data de publicação: 19/07/2016
EMENTA LICITAÇÃO. REQUISITO EDITALÍCIO.
HABILITAÇÃO. 1. **A liminar foi deferida ao fundamento de que a agravante, apesar de apresentar a melhor proposta e ter sido declarada vencedora no certame RDC eletrônico nº**



10

03/2015, deixou de apresentar documentos exigidos para sua habilitação técnica. Com efeito, em que pese constar expressamente no item 13.6.3.6 do edital a necessidade de registro no RIOLUZ, a agravante não comprovou cumprir tal requisito. 2. Portanto, a decisão agravada não se mostra teratológica ou ilegal, porquanto a vinculação ao edital é princípio básico de toda licitação, previsto no art. 41, caput, da Lei nº 8.666 /1993, vedando que a Administração e os licitantes se afastem das normas estabelecidas no instrumento convocatório, sob pena de nulidade dos atos praticados. 3. Recurso desprovido.

(grifos nossos)

No mesmo sentir a jurisprudência do TJ-RS é assente:

TJ-RS - Apelação Cível AC 70069509040 RS (TJ-RS)
Jurisprudência • Data de publicação: 07/10/2016 EMENTA
LICITAÇÃO. **INABILITAÇÃO PARA O CERTAME.**
DOCUMENTAÇÃO EM DESCONFORMIDADE COM O
OBJETO DO EDITAL. INEXISTÊNCIA DE ILEGALIDADE NO
ATO ATACADO. O mandado de segurança é o remédio
constitucional apto a proteger direito líquido e certo, lesado ou
ameaçado de lesão por ato de autoridade, consoante dispõem
os artigos 5º, inciso LXIX da Constituição Federal, e 1º, da Lei
nº 12.016 /2009. Para a concessão da segurança se faz
necessária a prova escrita, inequívoca e pré-constituída dos
fatos, bem como o relevante fundamento jurídico a ensejar tal
pretensão. In casu, a apelante não obteve êxito em comprovar
a irregularidade no ato atacado. **Ora, em não havendo a**
efetiva comprovação quanto ao atendimento das
exigências contidas no objeto do instrumento
convocatório, não há qualquer abuso no ato emanado da
Administração que inabilitou a apelante, desclassificando-a
do certame. Aliás, a vinculação ao edital é princípio básico
de toda licitação. Apelo não provido. (Apelação Cível Nº
70069509040, Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do
RS, Relator: Lúcia de Fátima Cerveira, Julgado em
28/09/2016).

(grifos nossos)

Ademais, conforme já citado anteriormente, esta licitante não conseguiu cumprir a execução do contrato anterior concernente a Produção do programa da TV Câmara, o qual consta no processo de pagamento pelo CAIXA Nº 05 DE 31/05/2018 fls. 03 do próprio órgão, conforme doc. em anexo.

f) **DA NÃO APRESENTAÇÃO DE 2 TRADUTORAS(ES)-INTÉPRETE(S) DE LIBRAS PELA G. A. C. DA SILVA PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS E PESQUISAS**

